MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral das Colónias do Oriente

2.ª Repartição

Decreto n.º 15:853

Considerando que o projecto do orçamento para 1928-1929, da colónia de Timor, calcula as receitas a cobrar e as despesas a pagar, respectivamente, em patacas 1.275:780,00 e 2.202:397,82;

Considerando que, assim, o *deficit* previsto naquele documento é de patacas 926:617,82;

Considerando que na tabela de despesa não foram pelo governo da colónia, como deveriam ser, insertas as necessárias verbas para pagamento dos juros atrasados correspondentes aos empréstimos que a colónia têm sido feitos, juros que, segundo informa o governador, montam a patacas 384:000, o que elevaria o *deficit* a patacas 1.310:617,82;

Considerando que de há anos vem a colónia sendo deficitária e que longe de procurar o nivelamento das suas receitas e despesas, ou pelo menos atenuar o desequilíbrio por meio da compressão destas últimas, antes as vem sucessivamente aumentando, sobretudo no que respeita a vencimentos, compreendendo-se assim que, apesar do mau conceito, aliás injustificado, em que geralmente é tido o clima de Timor, muitos tenham sido os pretendentes ao exercício de comissões na colónia;

Considerando que, pelos elementos existentes no Ministério das Colónias, o débito de Timor, por empréstimos contraídos, excede a importante soma de patacas 2.900:000, afora os juros vencidos e ainda não contados e os juros a vencer;

Considerando ainda que o débito de fornecimentos e vencimentos em atraso ascende a cerca de patacas 500:000;

Considerando mais que pelo disposto nas bases orgânicas aprovadas pelo decreto n.º 15:241, de 24 de Março de 1928, às colónias deficitárias deve ser retirada a autonomia financeira;

Considerando finalmente que a precária e lamentável situação financeira de Timor excede todos os limites da tolerância que poderia haver para com uma colónia que, embora deficitária, se esforçasse por se libertar do desequilíbrio, e que por esse facto não mereceria que lhe fosse cerceada uma regalia do tamanha magnitude como é a autonomia financeira; e

Sendo urgente e indispensável providenciar-se imediatamente, até que seja elaborado um orçamento assente em seguras bases de um cuidadoso exame das receitas e despesas, e em que estas sofram profundas reduções, sem que todavia se desorganizem serviços;

Tendo em consideração os pareceres dados pelo Conselho Superior das Colónias sobre os projectos dos orçamentos de 1927-1928 e 1928-1929 apresentados pelo governo da colónia;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, e sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Nos termos das bases orgânicas aprovadas pelo decreto n.º 15:241, de 24 de Março de 1928, é retirada a autonomia financeira à colónia de Timor.

Art. 2.º No Ministério das Colónias será elaborado, no mais curto prazo possível, o orçamento de Timor para o ano económico de 1928-1929.

Art. 3.º Até que seja dado cumprimento ao disposto

no artigo anterior, vigorará na colónia o orçamento de 1927-1928, com as alterações constantes do presente diploma.

Art. 4.º A partir do 1 de Agosto de 1928, e até que sejam melhoradas as condições da Fazenda da colónia ou reorganizados os serviços com economia, os vencimentos dos funcionários, empregados ou quaisquer servidores do Estado, civis e militares, ou de corpos e corporações administrativas, incluindo os contratados e assalariados que façam parte de quadros fixos ou que exerçam permanentemente qualquer mester, ficam sujeitos à aplicação dum imposto de taxa progressiva, que se denominará de salvação pública, pela forma seguinte:

Vencimento anual de 800\$ a 1.500\$	3 %
Vencimento anual de mais de 1.500\$ a 2.500\$	4 %
Vencimento anual de mais de 2.500\$ a 3.500\$	5 %
Vencimento anual de mais de 3.500\$ a 4.900\$	7 %
Vencimento anual de mais de 4.900\$ a 5.900\$	9 %
Vencimento anual de mais de 5.900\$ a 7.000\$	11 %
Vencimento anual de mais de 7.000\$ a 8.000\$	13 %
Vencimento anual de 8.000\$	15 %

Art. 5.º Para os efeitos do artigo antecedente, consideram-se vencimentos, além dos que competem aos cargos, as gratificações pelo exercício de funções inerentes, acumulações autorizadas por lei, percentagens, emolumentos, diuturnidades, despesas de representação, aumentos de cóngrua, gratificações especiais, subvenções, gratificações: colonial, de serviço e de efectividade, subsídio de embarque, readmissão, ração, pré, auxílio para rancho, subsídio de residência e gratificação de classe.

Art. 6.º Ficam reduzidos a 50 por cento as ajudas de custo por deslocação dentro da colónia.

Art. 7.º As despesas insertas nas diferentes verbas do orçamento de 1927-1928 sob a rubrica de «Material», e as dotações a entidades ou serviços são reduzidas a 70 por cento. Exceptuam-se as despesas com a manutenção de faróis.

Art. 8.º São extintas as secções de artilharia e metralhadoras, o esquadrão indígena de cavalaria, as duas companhias indígenas de infantaria e a companhia de depósito e recrutamento.

Art. 9.º É criada uma companhia mixta de policia militar em que serão incorporadas as extintas secções de artilharia e metralhadoras. O efectivo desta unidade será fixado em diploma especial pelo Ministério das Colónias.

Art. 10.º Ficam eliminadas as verbas orçamentadas para duplicação de vencimentos.

Art. 11.º Nenhuma vacatura que se dê nos cargos públicos da colónia será preenchida sem autorização do Ministro.

§ único. As vacaturas temporárias serão preenchidas pelo funcionário imediatamente inferior da repartição ou serviço, sem que por isso receba qualquer remuneração especial. Exceptuam-se os casos previstos por leis especiais para os chefes de serviço, de repartição e equipados.

Art. 12.º O Ministro das Colónias fará transferir de Timor para as outras colónias ou regressar à metrópole os funcionários civis ou militares que considere ali dispensáveis.

Art. 13.º Os quadros e vencimentos que forem fixados no orçamento de 1928-1929, a elaborar nos termos do artigo 2.º d'êsto diploma, consideram-se desde já aprovados.

Art. 14.º É extinta a taxa extraordinária sobre os vencimentos dos funcionários, criada pelo diploma legislativo n.º 34, de 18 de Março de 1925.

Art. 15.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força

de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr.

Para ser publicado nos «Boletins Officiais» de todas as colónias.

Dado nos Paços do Governo da República, em 15 de Agosto de 1928.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*José Vicente de Freitas—José da Silva Monteiro—António de Oliveira Salazar—Júlio Ernesto de Moraes Sarmiento—Anibal de Mesquita Guimarães—António Maria de Bettencourt Rodrigues—José Dias de Araújo Correia—José Bacelar Bebiano—Duarte Pacheco—Joaquim Mendes do Amaral.*

Direcção Geral das Colónias do Ocidente

Repartição de Angola e S. Tomé

2.ª Secção

Decreto n.º 15:854

Considerando que não está ainda solucionada a difficil crise financeira que há alguns anos vem afectando a vida da colónia de Angola;

Sendo desejo do Governo da República, no seguimento dos auxílios que àquela colónia a metrópole vem dispensando, facultar-lhe, na medida do possível, os meios julgados indispensáveis para que o objectivo a atingir pela série de providências promulgadas pelos Governos da metrópole e da colónia não seja por qualquer forma prejudicado;

Atendendo a que o equilibrio orçamental da colónia só no decorrer do presente ano económico poderá ser conseguido, não sendo ainda possível a satisfação dos compromissos do que trata a lei n.º 1:768, de 16 de Abril de 1925, havendo por isso necessidade de a adiar por mais um ano;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A amortização das obrigações ouro, emitidas pela colónia de Angola e entregues à metrópole para garantia das importâncias abonadas à mesma colónia em conta do empréstimo de 9:000.000\$ (ouro), a que se refere a lei n.º 1.768, de 16 de Abril de 1925, será feita em espécie a partir de 1 de Julho de 1929.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr.

Para ser publicado no «Boletim Official» da colónia de Angola.

Paços do Governo da República, em 15 de Agosto de 1928.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*José Vicente de Freitas—José da Silva Monteiro—António de Oliveira Salazar—Júlio Ernesto de Moraes Sarmiento—Anibal de Mesquita Guimarães—António Maria de Bettencourt Rodrigues—José Dias de Araújo Correia—José Bacelar Bebiano—Duarte Pacheco—Joaquim Mendes do Amaral.*

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Direcção Geral do Ensino Secundário

Decreto n.º 15:855

Tendo em consideração os inconvenientes que produz ao ensino liceal a realização de exames fora da época ordinária;

De acôrdo com o parecer do Conselho Superior de Instrução Pública:

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta do Ministro da Instrução Pública:

Hei por bem decretar:

Artigo 1.º É revogado o decreto n.º 1:107, de 26 de Novembro de 1914, e bem assim as disposições do § 2.º do artigo 201.º do regulamento de instrução secundária, aprovado pelo decreto n.º 7:558, de 18 de Junho de 1921.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro da Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 10 de Agosto de 1928.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Duarte Pacheco.*

Por ter saído com inexactidões na 1.ª série do *Diário do Governo* de 19 de Julho último, novamente se publica o seguinte:

Decreto n.º 15:747

Pelo decreto n.º 15:365, de 12 de Abril último, foi extinto o Liceu da Horta, sem dúvida pela imperiosa necessidade de serem reduzidas as despesas públicas.

É o Governo o primeiro a reconhecer, e já muitas vezes o tem afirmado, que as circunstâncias do Tesouro impedem o inadiável equilibrio orçamental, e nesse sentido tem orientado toda a sua acção política e administrativa; é certo porém que as contas públicas podem ser normalizadas sem prejuizo da regular distribuição dos órgãos da cultura nacional, desde que se reduzam ou suprimam outros serviços mais dispensáveis e se promova uma distribuição mais útil dos encargos subsistentes.

Nóstos termos, o Governo pratica um acto de justiça restituindo à cidade da Horta o seu liceu, extinto pelo decreto acima referido.

Desde a criação dos liceus, em 1836, foi localizado em cada uma das capitais de distrito um estabelecimento de ensino médio.

Conservar à cidade da Horta essa categoria—o nenhuma razão existe para que ela lhe seja retirada—, e deixá-la ao mesmo tempo privada do ensino liceal, pelo encerramento do único estabelecimento de ensino médio ali subsistente depois das ainda recentes extinções da Escola Primária Superior e da Escola Comercial e Industrial, é tornar-lhe impossíveis, pelo inevitável e consequente definhamento da cultura pública, as condições de predomínio cultural que tem de exercer sobre todo o distrito a que preside.

Se é verdade que o Liceu da Horta serve uma população de aproximadamente 50:000 habitantes, o que não é muito, não é menos certo que a percentagem dos analfabetos do distrito da Horta é bastante inferior a 50 por cento, sendo de todos os distritos portugueses aquele em que essa percentagem é menor; além disso a população encontra-se disseminada por quatro ilhas, não sendo justo tornar ainda menos acessível o ensino secundário a portugueses já tam prejudicados, sob esse ponto de